liciano, indicando ao Sr. Governador que os dementes, que se encontram presos na Cadeia Pública de Santos, sejam incontinente internados em estabelecimentos apropriados.

O SR. MARIO SCHENBERG — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o nobre Deputado Mario Schenberg.

O SR. MARIO SCHENBERG — Sr. Presidente, quero apresentar um aditivo à indicação do nobre Deputado Lincoln Feliciano, no sentido de se estender a indicação de S. Exa. aos dementes presos em tôdas as cadeias públicas do Estado de São Paulo, devendo os dementes, cuja moléstia está em processo agudo, serem internados em estabelecimentos especiais e, não, juntamente com aquêles que já se encontram em estado crônico, como vem sendo feito.

Trata-se de um caso de grande importância, porque é sabido que, nas doenças mentais, só os casos agudos é que são susceptíveis de cura. Acontece que, nas cadeias públicas do Interior, os dementes ficam detidos até que a moléstia se torne crônica e, assim, não mais seja possível cura.

Êsse assunto já foi discutido e, exatamente para atender a essa necessidade de separação dos doentes mentais em estado agudo dos em estado crônico, é que o Govêrno adquiriu o Instituto Pinel, a fim de nêle serem internados os que estivessem em estado agudo.

Mas, na realidade, não está sendo feito o que deveria ser feito, isto é, os doentes, em estado agudo, não estão sendo separados dos doentes crônicos para que sejam atendidos imediatamente. De modo que apresentamos um aditivo à indicação apresentada pelo nobre Deputado Lincoln Feliciano, extensivo aos dementes presos, em tôdas as cadeias públicas do Estado, devendo os doentes em estado agudo serem internados em estabelecimentos especiais, e não conjuntamente com os doentes crônicos, como vem sendo feito.

— Vai à Mesa e é lido o seguinte aditivo à Indicação n.º 284, de 1947, do Deputado Lincoln Feliciano:

"Extensivo aos dementes presos em tôdas as cadeias públicas do Estado de São Paulo; devendo os agudos serem internados em estabelecimento especial, não juntamente com os crônicos, como vem sendo feito".

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1947. — *Mario Schenberg*

Posta a votos, é aprovada a Indicação n.º 284, apresentada pelo Deputado Lincoln Feliciano.

A seguir é pôsto a votos e, sem debate, é aprovado o aditivo apresentado pelo Deputado Mario Schenberg.

— Entra em discussão e, sem debate, é aprovada a Indicação n.º 285, de 1947, apresentada pelo Deputado Romeiro Pereira, solicitando ao Poder Executivo, que sejam expedidas, com urgência, novas ordens de pagamento aos diretores de Grupos Escolares e auxiliares técnicos, a fim de se dar cumprimento ao Decreto n.º 17.417, de 9-7-47, que autorizou o aumento de seus vencimentos.

— Entra em discussão e, sem debate, é aprovada a Indicação n.º 236, de 1947, apresentada pelo Deputado Romeiro Pereira, solicitando ao Poder Executivo, no sentido de que interceda junto à Secretaria da Educação, para pronta instalação de uma escola primária, no Bairro de Botujuru, Município de Jundiaí.

— Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o Requerimento n.º 359, de 1947, apresentado pelo Deputado Antonio Sylvio Cunha Bueno, solicitando inserção, no "Diário da Assembléia", da representação do Sr. José Rodrigues, de Salto Grande.

— Entra em discussão, e é, sem debate, aprovado, o Requerimento n.º 363, de 1947, apresentado pelo Deputado Antonio Sylvio Cunha Bueno, requerendo a publicação, no "Diário da Assembléia", do ofício que lhe foi dirigido pela Câmara Brasileira do Livro.

pagamentos tenham sido feitos com apólices da Estrada de Ferro Sorocabana.

Não poderia eu, Sr. Presidente, terminar o meu discurso, sem trazer ao conhecimento desta Casa um fato que ocorreu hoje às portas da Casa de Detenção, onde, mais uma vez, se comprovou que o desespêro do Sr. Governador Adhemar de Barros é tão grande que, mesmo na capital do Estado, já não tem mais pêjo de afrontar o povo, e de praticar as maiores violências.

Os jornais anunciaram que sairiam hoje da Casa de Detenção os quatro Vereadores que fôram detidos, há cêrca de 10 dias. Como aquêles Vereadores foram eleitos pela vontade do povo da capital do nosso Estado, uma multidão considerável de pessoas foi às portas da Casa de Detenção, a fim de receber os seus mandatários. Isto, Sr. Presidente, é democracia. Um cidadão vota naquele que escolheu e, numa determinada circunstância, vai levar a sua solidariedade àquele em quem votou, e que saía da cadeia, depois de uma prisão injusta e sem julgamento.

Isto é uma consagração a êsses quatro homens, a êsses quatro Vereadores eleitos pela legenda do Partido Social Trabalhista.

Mas, Sr. Presidente, é do plano maquiavélico do Sr. Governador de São Paulo impedir que o povo saia à praça pública. Novas tropelias, hoje, ali ocorreram, onde o povo foi escorraçado pela polícia e presos dois jornalistas do vespertino "Hoje". Sr. Presidente, não poderia terminar as minhas palavras sem deixar aqui o protesto de minha bancada ante mais êste acontecimento e apelar para que a comissão, que esta Assembléia, em tão boa hora, houve por bem escolher para esclarecer e verificar as medidas com que serão punidos os responsáveis pelos acontecimentos do dia 1.º, queira tomar conhecimento também dêsses outros atos de violência, porque estão ligados entre si e a nada mais visam que preparar um ambiente de terror para intimidar o nosso povo.

Sr. Presidente. O povo acredita na Assembléia Legislativa de São Paulo. Esta Assembléia hoje, como ontem, como amanhã, como sempre, não poderá, de forma nenhuma, transigir com o Executivo e fazer com que o povo que, ùnicamente, tem o amparo desta Casa, se veja, de um momento para outro, desiludido a respeito de seus representantes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem*) (*Palmas*)

O SR. MARIO SCHENBERG — (*Em explicação pessoal*) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha bancada, como tôdas as bancadas desta Casa, recebeu a seguinte mensagem do Centro Acadêmico XI de Agôsto:

"Saudações

Sòmente aos representantes do povo, nós, os moços, podemos nos dirigir, e a mais ninguém.

Embora eleito dentro dêste ou daquêle partido político, na disputa de 19 de janeiro, antes de mais nada, sois o indicado pelo povo para protegê-lo e orientá-lo. Portanto, esperançosos, fazemos um veemente apêlo.

O Centro Acadêmico "XI de Agôsto", após ter lançado a campanha pró-petróleo e congregado, em tôrno de seu ideal de libertação econômica do país, todos os estudantes e patriotas brasileiros, com o apoio do professorado primário, secundário e superior, através de conferências, de um Concurso Nacional de Oratória, realizado em São Paulo e cujo tema foi o caso do petróleo, com a distribuição de cartas, impressos e cartazes, com a manutenção de uma correspondência contínua com todos os Estados da União, enviando embaixadas às principais cidades do Brasil, sente agora a necessidade de conduzir o movimento para a sua fase final: a imediata exploração de petróleo. Porém, neste ponto de nossos trabalhos, urge que o povo, pelos seus representantes, nos esteie, levando tal campanha às discussões na Câmara, das quais, temos por certo, há de surgir e vingar a racional e benéfica solução para a nossa gente.

O Brasil não poderá ser, no futuro, como um carro de bois na Av. São João,

o impecilho no desenvolvimento da humanidade. E de vós, precisamente, depende a grandeza ou miséria desta infeliz terra.

Reiteramos, pois, o pedido que vos fizemos no dia 7 de setembro e, confiantes, aguardamos a vossa ação de brasileiro honesto e capaz. — *Ubirajara Keutenedjian*, Presidente do C. A. "XI de Agôsto". *João Batista Prado Rossi*, Presidente do P. A. Renovador, *Rinaldo Godoy Borgianni*, Presidente do P. A. Libertador".

É com grande prazer que a Bancada Comunista atende ao pedido do Centro Acadêmico "XI de Agôsto" vindo trazer a esta Casa a sua contribuição para o debate sôbre o problema do petróleo. Nós comunistas temos lutado na vanguarda da luta pelo petróleo, juntamente com todos os patriotas esclarecidos, e tão grande foi o nosso afinco nessa campanha, que os nossos inimigos quiseram atribuir-nos as piores intenções, além de deturparem, de maneira incrível, as nossas atitudes.

Sr. Presidente. Correspondendo ao apêlo dos estudantes, quero trazer aqui o ponto de vista dos comunistas em relação à questão do petróleo. Para que não nos acusem de chovinismo, ou quaisquer intenções ocultas, passarei a ler a definição da nossa posição, tal como se encontra publicada no jornal "A Classe Operária", com os seguintes títulos e subtítulos:

"Explorar o petróleo em benefício do progresso nacional; a posição dos comunistas e a mistificação do "Correio da Manhã". Onde deve e onde não deve haver monopólio de Estado. Uma afirmação de Prestes indica o caminho justo".

"Não pode deixar de ser motivo de profunda satisfação para todos aquêles que se interessam pelo progresso de nossa Pátria o fato de se ter transformado em debate público a questão do petróleo. O que tempos atrás, principalmente durante a fase da ditadura estado-novista, se teria resolvido à revelia do povo, através dos conchavos ministeriais, hoje constitui um tema de discussão nas salas de conferência, nos sindicatos, nas organizações estudantís, etc., e vai fazendo com que setores cada vez mais amplos levantem a bandeira da luta antiimperialista. A questão do petróleo está na rua e, doravante, muito difícil será resolvê-la à revelia da vontade popular.

Isso, naturalmente, desespera os lacaios do imperialismo ianque entre os quais se alinha o Sr. Carlos Lacerda, os quais vêm tentando desviar a questão dos seus verdadeiros têrmos, fazendo circular sofismas baratos e mistificações em tôrno da atitude, por demais clara, dos comunistas. Um editorial do "Correio da Manhã" de quinta-feira última, sob o título "Comunismo e Petróleo", tem a virtude de sintetizar, de maneira crua, a primaríssima mistificação ora em curso. Sim, — afirmam os advogados da família Rockfeller — o que os comunistas querem é que o petróleo brasileiro não seja, de qualquer maneira, explorado; propõem o monopólio do Estado, sabendo, de antemão, que o nosso govêrno não tem recursos para tão cara emprêsa quanto é a exploração do petróleo. Segue-se a inevitável confusão: se não podemos dar conta do recado, devemos, contra os "desígnios" dos comunistas, entregar a exploração do petróleo aos Estados Unidos, além do mais, para manifestar, desde já, àquela potência, a nossa boa disposição para uma guerra eventual contra a União Soviética.

Como se vê, a mistificação é primária e pode ser aniquilada com alguns argumentos simples.

Que propõem os comunistas para resolver a questão do petróleo brasileiro — sem dúvida uma das questões que podem decidir sôbre o desenvolvimento imediato de nossa economia em bases nacionais independentes? Propõem, acaso, os comunistas, o monopólio de Estado, rigoroso e integral, para a extração, industrialização e o comércio do petróleo?

Não, os comunistas não indicam no monopólio de Estado, rigoroso e integral, a solução imediata para o proble-

ma. Não sòmente porque entendamos serem poucos os recursos financeiros do govêrno brasileiro para êsse empreendimento (o que, em parte, se dá porque os recursos financeiros do regime atual não são mobilizados, ou são malbaratados em tôda espécie de empreendimentos inúteis), mas, fundamentalmente porque, de acôrdo com o que já declarou o Partido Comunista em muitos documentos oficiais, trata-se, na etapa atual, de impulsionar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas em bases nacionais e independentes, fora da órbita de submissão aos monopólios imperialistas ianques ou inglêses".

Srs. Deputados, êste ponto é da maior importância, porque define a posição do Partido Comunista e dos comunistas brasileiros, com relação ao problema do capitalismo no Brasil.

Somos favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, isto é, favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, mas não à implantação, aqui, do capital estrangeiro imperialista. E por que tomamos essa posição? Dirão muitos: parece uma incongruência que comunistas sejam a favor do desenvolvimento do capitalismo.

Continuarei a leitura do artigo citado:

"É êste, inclusive, o caminho para chegar ao socialismo. Somos, por conseguinte, pela exploração do petróleo, na sua fase extrativa, não só pelo Estado, cuja iniciativa, em qualquer caso, será sempre indiscutìvelmente valiosa, como também por capitais privados nacionais e até mesmo estrangeiros, que se submetam, porém, incondicionalmente, às leis do país e, em primeiro lugar, à Constituição Federal".

Portanto, êsse trecho esclarece que não queremos, que não achamos indispensável que a exploração do petróleo seja um monopólio do Estado. Não achamos, nem sequer, indispensável que a exploração do petróleo seja feita incondicionalmente por capitais nacionais. Achamos que os capitais estrangeiros podem desempenhar papel importante na exploração do petróleo, contanto que essas emprêsas estrangeiras se submetam incondicionalmente às leis do país, em primeiro lugar à Constituição Federal.

"O que não só os comunistas, como todos os verdadeiros patriotas consideram inadmissível e criminoso, é que se façam concessões ou contratos de qualquer tipo, exclusivos ou parciais, com os monopólios imperialistas (Standard Oil, Gulf Oil, Royal Dutch Shell, etc.)".

Nós não queremos entregar nosso petróleo aos monopólios imperialistas, se bem que aprovemos a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo.

Mais adiante ficará mais clara nossa posição.

"Nada de concessões ou contratos em que sejam partes de um lado o nosso govêrno e, do outro lado, um govêrno estrangeiro ou uma emprêsa que, com ou sem máscara de "nacionalista" seja, de fato, controlada pelos grandes trustes de Wall Street ou da City. Nada de acôrdos econômicos, que incluam cláusulas políticas.

Por outro lado, cousa alguma deve impedir que, no campo da extração do petróleo, a concorrência capitalista desempenhe o papel ainda progressista, que pode ter em nossa Pátria, que está, pelo menos em dois séculos, atrasada com relação às nações capitalistas".

Êste ponto é fundamental. Explica porque os comunistas brasileiros são a favor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Porque reconhecemos que o Brasil está com um atraso de dois séculos, em relação às nações capitalistas mais adiantadas.

Se, em países como a França e a Itália, podem os comunistas, talvez advogar a instalação imediata do socialismo, achamos que, no Brasil, não há condições para isso, devido, ao nosso atraso de dois séculos, em relação aos países capitalistas mais adiantados.

O passo histórico que devemos dar, no Brasil, é a instalação do capitalismo e não a implantação do regime socialista.

"Excetuando casos muito específicos (o comércio exterior, por exemplo) e visando sempre o progresso do país e a proteção do capitalismo nacional, têm os

comunistas cuidadosamente evitado propor como solução para os problemas econômicos nacionais, a instituição de monopólios de Estado integrais, forma econômica própria do socialismo, isto é, de um regime mais avançado que o capitalismo.

Adotando êsse critério, único justo, de encarar cada caso especìficamente, é que os comunistas propõem limitar a concorrência capitalista à fase extrativa do petróleo, reservando, porém, para o Estado, o monopólio da refinação e da distribuição, fases mais simples e perfeitamente à altura dos atuais recursos financeiros do Govêrno".

Portanto, estamos advogando o monopólio do Estado, apenas para a refinação do petróleo, não o estamos advogando para a extração.

"Que se estabeleça, portanto, na extração de uma das grandes riquezas do nosso subsolo, a livre concorrência capitalista, tendo o próprio Estado, como um dos competidores, ao lado de capitais privados nacionais e mesmo estrangeiros. Que seja, porém, rigorosamente respeitada a Carta Magna, no Artigo 153, e no § 1.º do mesmo artigo, que impõem sejam as concessões ou autorizações para aproveitamento dos recursos minerais conferidos exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país.

O dilema não é da maneira, como o formulam os Srs. Juarez Távora e Carlos Lacerda: entregar o petróleo acs monopólios ianques ou deixá-lo inteiramente sem explorar.

O dilema verdadeiro é outro e não pode ser confundido por mistificações: explorar o petróleo em benefício do progresso nacional, dêle extraíndo lucros que fiquem dentro do país", ou explorá-lo para entupir de dividendos os cofres dos acionistas ianques ou inglêses.

Uma imensa distância vai entre permitir o acesso de capitais estrangeiros e fazer concessões ou contratos de que se beneficiem os monopólios imperialistas, sempre impondo cláusulas especiais, condições políticas, isenções, regalias, sempre armados pela chicana ou com o mais deslavado cinismo, para fugir às leis do nosso país e para apelar às embaixadas ou aos exércitos e esquadras dos seus governos.

A posição dos comunistas brasileiros coincide, a êsse respeito, com o texto da Constituição mexicana vigente, que, no § 1.º, do seu Artigo 24, declara o seguinte:

"Só os mexicanos por nascimento ou por naturalização e as sociedades mexicanas têm direito para adquirir o domínio das terras, águas, e seus accessórios, ou para obter concessões de exploração de minas, águas ou combustíveis minerais na República Mexicana. O Estado poderá conceder o mesmo direito aos estrangeiros, sempre que convenha, ante a Secretaria de Relações, em se considerar como nacionais, no que se refere aos ditos bens, e em não invocar, pelo mesmo, a proteção dos seus governos pelo que se refere àqueles, sob a pena, em caso de faltar ao convênio, de perder, em benefício da nação, os bens que tiverem adquirido em virtude do mesmo. Numa faixa de cem quilómetros ao largo das fronteiras e de cinqüenta nas praias, por nenhum motivo poderão os estrangeiros adquirir o domínio direto sôbre terras e águas".

Nada, enfim, poderia sintetizar melhor a posição dos comunistas, que a afirmação clara de Prestes: Devemos lutar contra tudo o que possa contribuir para agravar a colonização do país. Nenhuma concessão, portanto, aos trustes. Mas, ao mesmo tempo, devemos facilitar, com tudo o que fôr possível, a exploração do petróleo, permitindo que na sua extração se estabeleça a concorrência capitalista, competindo o Estado com os capitais privados nacionais e até mesmo estrangeiros".

São palavras textuais do Senador Luís Carlos Prestes. Creio que êsse artigo e estas palavras do Senador Luís Carlos Prestes esclarecem perfeitamente a posição dos comunistas brasileiros em relação ao problema do petróleo. Mas temos ainda documentos de maior relevância do que aquêle que acabei de ler. Temos os quatro projetos de lei, que apresentamos à Câmara Federal em re-

lação ao petróleo e que me reservarei o direito de discutir posteriormente.

Por hoje, quero me limitar a indicar a relação que existe entre o petróleo e o problema da cassação de mandatos. Há poucos dias, um magnata americano, em entrevista à imprensa comentada por vários jornais, declarou: "já são boas as perspectivas de uma modificação do Código de Minas e da Constituição brasileira. Mas essas perspectivas serão muito melhores quando forem cassados os mandatos dos Deputados comunistas". Os homens dos trustes imperialistas aguardam a cassação dos mandatos dos Deputados comunistas, para mais fàcilmente obterem a reforma da Constituição e do Código de Minas.

Aliás, todo êsse caso é muito claro, porque a campanha para a entrega do nosso petróleo aos trustes estrangeiros, começou imediatamente depois da cassação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil.

Poucos dias depois de cassado o registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil. o Sr. Juarez Távora iniciou a campanha pela entrega do nosso petróleo aos trustes estrangeiros.

Eu não poderia, hoje, por falta de tempo, entrar mais a fundo na análise dessa questão, mas voltarei. posteriormente, ao assunto. Quero, entretanto, citar uma fonte absolutamente insuspeita, uma publicação do Ministério da Agricultura, do ano de 1936, que se intitula "Bases para o inquérito sôbre o petróleo", exposição feita ao Sr. Presidente da República, em março de 1936, pelo Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura, publicação da Diretoria de Estatística da Produção.

Permito-me citar algumas frases do Sr. Odilon Braga contidas nesse documento, escrito há 11 anos, que são extraordinàriamente interessantes.

Assim, encontramos, na página 19, a seguinte declaração:

"Por via de consequência, deveria caber ao petróleo a responsabilidade de haver gerado o truste — fórma típica da grande concentração capitalista como os fenômenos orogênicos vinculados à sua concentração, operada nos dobramentos sedimentares do subsolo, estruturam a vida social dos nossos tempos, num prodigioso trabalho de tectônica econômico-mundial".

Disse o Sr. Odilon Braga que o petróleo gera trustes. Mais adiante cita êle um trecho de autor francês, trecho que tomo a liberdade de traduzir para o português, de autoria de Miramon Pesteils:

"Tôda sociedade que não quer correr o risco de ser, em breve espaço, eliminada num mercado caprichoso e particularmente instável, deve apresentar uma organização suficientemente completa e sólida para produzir, refinar e vender ela mesma os seus produtos".

O autor, naturalmente, está explicando a origem do truste petrolífero.

Mais adiante, diz o Sr. Odilon Braga, à página 23:

"A concorrência desencadeada no setor econômico do petróleo ao mesmo tempo que aperfeiçoa surpreendentemente a técnica de sua extração e do seu beneficiamento, cria a crise da superprodução e agrava a ameaça do esgotamento das jazidas. A par disso, a sua incidência no setor da política internacional dá lugar a um novo equilíbrio das duas grandes fôrças históricas: o imperialismo e o nacionalismo".

Quer dizer, o Sr. Odilon Braga já reconhecera, em 1936, que o problema do petróleo estava fundamentalmente vinculado à luta entre o imperialismo e o nacionalismo e também já levantara a questão do esgotamento de reservas petrolíferas. É curioso que o Sr. Odilon Braga tenha mudado de opinião e, de então para cá ache que é perfeitamente possível fazer uma concessão a um truste estrangeiro, por cinqüenta anos, prazo suficiente para esgotar, inteiramente, as nossas reservas petrolíferas.

Por hoje, Sr. Presidente, vou me limitar a isso.

Entretanto, posteriormente, voltarei a tratar do assunto.

O SR. TAIBO CADORNIGA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Ainda te-